

**RELATÓRIO DA CONSULTORIA PARA AVALIAÇÃO DE
PROTOCOLOS MUNICIPAIS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO
USO DO FOGO NA ÁREA DE ABRANGENCIA DO PROJETO
“PREVENÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO DE QUEIMADAS
IRREGULARES E INCÊNDIOS FLORESTAIS NO CERRADO”**



Consultora:

Marília Carnhelutti

Especialista em Educação Ambiental

Diretora Presidente do Instituto Floresta

de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável

FEVEREIRO -- 2013

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	03
1.1 Protocolos Municipais – Um instrumento de Ação Local.....	03
1.2 Histórico.....	04
1.3 Os Protocolos no Tocantins.....	04
2. MÉTODO DA CONSULTORIA.....	05
2.1 Dificuldades Encontradas.....	07
3. IMPLANTAÇÃO DOS PROTOCOLOS – NATURATINS.....	08
4. PROBLEMÁTICA DO FOGO.....	09
5. RESULTADOS POR MUNICÍPIO.....	10
5.1 Consulta no município de Pium.....	10
5.2 Consulta no Município de Caseara.....	14
5.3 Consulta no município de Novo Acordo.....	16
5.4 Consulta no Município de Ponte Alta do Tocantins.....	17
5.5 Consulta no Município de São Félix do Tocantins.....	20
5.6 Consulta no Município de Mateiros.....	22
6. CONCLUSÃO.....	24
7. RECOMENDAÇÕES.....	25
8. ANEXOS.....	29
8.1 Lista das pessoas que foram entrevistadas.....	30
8.2 Listas de presença das consultas nos Municípios.....	31
8.3 Fotos.....	37

1. INTRODUÇÃO

O projeto “Prevenção, controle e monitoramento de queimadas irregulares e incêndios florestais no Cerrado” conta com algumas ações, sendo a consultoria para avaliação e revisão dos protocolos municipais umas destas.

O objetivo deste Projeto é aprimorar a prevenção e o controle de queimadas irregulares e incêndios florestais na Região do Jalapão, contribuindo para a manutenção das funções do Cerrado como sumidouro de carbono de relevância global. Esse objetivo deve ser alcançado por meio da prevenção e do controle efetivos de queimadas e incêndios, do aprimoramento da gestão de unidades de conservação, bem como por meio de instrumentos melhorados para o monitoramento de desmatamentos e queimadas no Cerrado.

A participação dos atores locais nas ações de prevenção e controle de queimadas e incêndios é um elemento estratégico do Projeto. Nesse sentido, estão previstas atividades que fortaleçam a coordenação de ações entre instituições governamentais e da sociedade civil local. Entre essas ações destacam-se os Protocolos Municipais do Fogo, instrumento que celebra os compromissos dos atores locais visando à redução de incêndios e queimadas.

Na realização dos Protocolos Municipais, inicialmente é preciso sensibilizar o município sobre a problemática do fogo; realizando uma campanha de mobilização com os vários setores do município, quando acontecem reuniões para discutir os problemas ocasionados pelas queimadas e possíveis soluções. Essa sensibilização visa alcançar o máximo de participação social e institucional nas futuras ações. Por fim, após essa mobilização e avaliação, são definidas as ações, ou seja, os compromissos firmados no protocolo.

1.1 Protocolos Municipais – Um instrumento de Ação Local

O protocolo municipal é um acordo assinado de maneira voluntária pelos representantes dos diversos setores da sociedade do município, tais como: associações, sindicatos, agremiações, órgãos da prefeitura, representantes de órgãos estaduais e federais que operam no município, etc. No protocolo deve constar uma série de compromissos que cada setor representado assume perante a sociedade, em relação ao uso, controle e limitação do fogo, assim como de atividades relacionadas com o uso do fogo.

O conteúdo do protocolo deve ser definido pelos atores locais, por meio de uma avaliação responsável da situação e uma negociação transparente. Todas as associações e instituições relevantes devem ser convidadas, com um prazo mínimo de antecedência que ofereça a possibilidade de todos participarem.

Exemplos de compromissos que podem fazer parte de um protocolo municipal:

- Medidas de controle (tais como aceiros, contrafogo, etc.);
- Medidas que limitem o uso do fogo em certos períodos (por exemplo, queimar só depois da época da estiagem);
- Técnicas de limpeza de pasto que dispensem o fogo;

- A intensificação da agricultura em áreas já desmatadas para diminuir a abertura de novas áreas;
- Incentivos à agricultura perene e formas de adubação que diminuam ou reduzam a necessidade do uso do fogo;
- Acordos entre vizinhos para um calendário de queimadas que evite danos às cercas, gado e culturas existentes (regulamento de técnicas de prevenção ao fogo da comunidade);
- Medidas para evitar que o fogo entre nas vegetações nativas;
- Criação e manutenção de brigadas municipais, brigadas comunitárias, etc.

Não é necessário que todos os setores assumam os mesmos compromissos, mas apenas que haja algum compromisso por parte de cada setor. É importante que todos conheçam os compromissos de cada setor.

Outro fator importante também é a valorização dos municípios que têm Protocolo, por meio de programas e políticas públicas do governo que possam fortalecer as ações do município.

1.2 Histórico

A origem dos Protocolos Municipais de Prevenção e Combate ao uso do Fogo ocorreu no ano de 1999, sendo uma estratégia do Programa Fogo Emergência Crônica, com os objetivos de integrar a ação emergencial à ação preventiva e desenvolver ações integradas em escala municipal, com o envolvimento de todos os atores relevantes: econômicos, sociais e institucionais. Desenvolvido pela Cooperação Italiana – Embaixada da Itália no Brasil, em parceria com instituições públicas e privadas, o programa iniciou em onze municípios da Amazônia, nos estados do Acre, Mato Grosso e Pará.

A partir do ano de 2004, o Ministério do Meio Ambiente efetivou sua parceria com a Cooperação Italiana e o Programa passa a ser um Programa Bilateral – Brasil/Itália, o qual teve uma atuação até o ano de 2010, na última fase com o nome de Programa Amazônia Sem Fogo, atingindo 97 municípios, com várias instituições parceiras, deixando um legado de trabalhos na prevenção, combate e alternativas ao uso do fogo.

Atualmente o Programa Amazônia Sem Fogo está sendo implantado na Bolívia, e desde 2012 passou a ser um Programa Trilateral – Brasil/Itália/Bolívia, com o objetivo de reuplicar na Bolívia as técnicas bem sucedidas do Programa no Brasil.

1.3 Os Protocolos no Tocantins

O Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), buscando soluções para reduzir o índice de focos de calor no Estado de Tocantins, solicita à Cooperação Italiana, que seja feita uma parceria com o objetivo de replicar as técnicas utilizadas no Programa Fogo, no estado do Tocantins. A partir dessa parceria, no ano de 2005 foi realizado um Seminário de prevenção, controle e alternativas ao uso do Fogo, com a duração de quatro dias, na cidade de Palmas, envolvendo os técnicos do Naturatins. Neste Seminário foi repassada pela consultora da

Cooperação Italiana, Marília Carnhelutti, o método de implantação e implementação dos Protocolos Municipais.

Na sequência, o Naturatins adota o método dos Protocolos, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Sócio Econômico (CODES) do Naturatins, órgão responsável pela implementação e monitoramento dos Protocolos no Estado, usando como estratégia a inclusão dos Protocolos na tábua de ações que pontuam para o acesso ao ICMS Ecológico. Ou seja, o município que tem protocolo aumenta a sua arrecadação do ICMS Ecológico. A estrutura utilizada para desenvolver as atividades dos Protocolos é a estrutura da Coordenação de Meio Ambiente, através da equipe técnica, equipamentos e veículos que são disponibilizados pelo Naturatins. Vale ressaltar que a CODES possui uma equipe técnica qualificada e entusiasta com a proposta dos Protocolos, com dificuldades com a demanda do estado para atender todos os municípios. Hoje dos 139 municípios do Tocantins, 59 municípios têm Protocolo.

Ainda falando da política do estado, vale relatar que a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semades), com o Programa de Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal, apoia os municípios na estruturação do sistema municipal de meio ambiente, com a criação das secretarias de meio ambiente, conselhos municipais de meio ambiente, fundo municipal do meio ambiente, etc. Os municípios estão criando a lei que dispõe a respeito da utilização do ICMS Ecológico, estabelecendo um percentual para as ações ambientais, de forma que possa melhorar a atuação do município nas questões ambientais.

Nesse contexto, o Projeto “Prevenção, controle e monitoramento de queimadas irregulares e incêndios florestais no Cerrado”, propõe a Consultoria para avaliação, revisão e fortalecimento dos Protocolos do Fogo, em municípios da área de abrangência do Projeto com o objetivo de avaliar e revisar os Protocolos Municipais de Prevenção e Controle do Uso do Fogo de Mateiros, Ponte Alta do Tocantins, Novo Acordo, São Félix do Tocantins, Lizarda, Rio da Conceição, Lagoa da Confusão, Pium e Caseara, Estado do Tocantins, propondo recomendações para a sua efetivação.

2. MÉTODO DA CONSULTORIA

A Consultoria para avaliação de protocolos municipais do fogo em municípios da área de abrangência do Projeto de Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas Irregulares e Incêndios Florestais no Cerrado, teve início no dia 01 de novembro de 2012. Na primeira quinzena foi realizada a preparação do Plano de Trabalho, revisão documental (leitura dos protocolos) e a agenda de visitas ao Tocantins, juntamente com a assessoria técnica da GIZ/Ambero, via telefone e e-mail.

A primeira atividade de campo foi a reunião com os técnicos das instituições executoras do Projeto para discutir o plano de trabalho, realizada no dia 19 de novembro do ano de 2012, em Brasília. Participaram da reunião, Angela Cordeiro, da Assessoria Técnica da GIZ/Ambero; Roque Tumolo, do Ministério do Meio Ambiente; Mariana Senra de Oliveira, representando o Prevfogo – Ibama e a Consultora Marília Carnhelutti.

No dia 20 de novembro, foi realizada uma reunião em Palmas – Tocantins, na sede do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), com a equipe técnica da Coordenadoria de Desenvolvimento Socioeconômico (CODES/Naturatins), com representantes do Ministério do Meio Ambiente, representante da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semades) – Tocantins, representante da GIZ/Ambero e a consultora do Instituto Floresta de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável (IFPDS). Com os seguintes participantes:

Angela Cordeiro – GIZ/Ambero

Roque Tumolo – Ministério do Meio Ambiente

Rafael Brito Pereira – Ministério do Meio Ambiente

Marília Carnhelutti – Consultora

Maria Alice – CODES/Naturatins

Denise G. Loureiro – CODES/Naturatins

Zenaide Maciel Ramos – CODES/Naturatins

Caroline Frankiw – Coordenadoria de Descentralização Ambiental Municipal (Gestão Ambiental) – Semades

Na reunião, Angela Cordeiro fez uma breve apresentação do Projeto de Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas Irregulares e Incêndios Florestais no Cerrado. A equipe técnica do CODES explicou qual foi o método utilizado pelo Naturatins na implantação dos Protocolos Municipais e a forma de monitoramento utilizada. Também foi realizado o planejamento das viagens e confirmada a agenda de trabalho da consultoria, detalhes da logística, identificação das pessoas chaves de cada município e um resumo do estágio da implementação dos protocolos nos municípios.

A partir dessas informações verificou-se que os municípios de Lagoa da Confusão e Rio da Conceição, ainda não têm Protocolo e por esse motivo, foram retirados do objeto da Consultoria. Outro caso foi o município de Lizarda, que pela localização geográfica e a distância, inviabilizou a visita da equipe técnica no local. Permanecendo na agenda os municípios de Pium e Caseara na região do Araguaia e Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, São Félix do Tocantins e Mateiros na região do Parque Estadual do Jalapão.

Vale ressaltar que o Naturatins, contribuiu de forma significativa nos trabalhos dessa Consultoria, disponibilizando o veículo apropriado para as viagens (camionete 4x4 com tração) e o motorista com experiência na estrada. A participação nas consultas realizadas nos municípios da técnica Zenaide Maciel Ramos também foi importante, uma vez que, nas viagens, o trabalho dos protocolos era melhor detalhado para a consultora, permitindo que uma linha do tempo sobre as atividades do protocolo fosse descrita nas consultas, além da facilitação nas articulações por ser alguém já envolvida com as atividades, incrementando e fortalecendo a consultoria.

O levantamento de dados foi realizado por meio de: contato com os técnicos da Coordenadoria de Desenvolvimento Socioeconômico (CODES) e do Grupo Focal nos municípios, que acompanharam a assinatura e implementação dos Protocolos Municipais, geralmente composto pelos gestores públicos da área de meio ambiente, representantes dos Conselhos de Meio Ambiente e funcionários do Naturatins e do Instituto Chico Mendes de

Conservação da Biodiversidade (ICMBio); entrevistas individuais e consultas com aplicação de questionário.

Após a realização da reunião no dia 20 de novembro supracitada, quando foram planejadas as viagens e confirmada a agenda nos municípios, a equipe técnica da Coordenadoria de Desenvolvimento Socioeconômico do Naturatins – CODES, representada pela técnica Zenaide Maciel Ramos, fez mobilização, com dois ou três dias de antecedência, por meio de contato via telefone com os representantes da pasta de Meio Ambiente no município para agendamento da visita técnica e reunião com os parceiros do Protocolo Municipal de Prevenção e Controle do Uso do Fogo.

Quanto as visitas aos municípios estabeleceu-se um roteiro com chegada prevista com antecedência, para mobilização com os atores-chaves envolvidos no processo, realizar as entrevistas e auxiliar na organização da reunião. As consultas nos municípios iniciaram com a abertura da reunião pela representante do Naturatins, que fez uma explanação a respeito do trabalho do Instituto na implantação do Protocolo no município. Na sequência, a Consultora fez uma breve apresentação do Projeto “Prevenção, controle e monitoramento de queimadas irregulares e incêndios florestais no Cerrado”, explicando o objetivo da Consulta e o método de trabalho. Foi apresentado um questionário com perguntas orientadoras, sendo elas:

1. Como foi o método de implantação?
2. Quem se envolveu?
3. O que funcionou? Quais foram os resultados?
4. Quais foram as dificuldades encontradas?
5. Lições aprendidas
6. Recomendações

As questões foram expostas com o auxílio de um data-show e respondidas pelo grupo de acordo com a percepção das pessoas e com o consenso de todos, conforme eram registradas pela consultora.

Participaram das consultas o secretário/diretor/coordenador de meio ambiente dos municípios; secretários municipais de administração, educação, agricultura, turismo e saúde; vereadores; técnicos do Instituto Chico Mendes (ICMBio); técnicos do Ruraltins; representantes das brigadas; conselheiros do Conselho Municipal de Meio Ambiente; professores e representantes de associações comunitárias; e demais representações (conforme a lista de presença (anexo II) e fotos (anexo III)).

2.1 Dificuldades Encontradas:

Algumas dificuldades enfrentadas na realização desta Consultoria são apresentadas a seguir: (a) mobilização dos membros do Protocolo nos municípios, por ser final de ano, sendo que as consultas foram realizadas no período de 21 de novembro a 12 de dezembro; (b) final de mandato dos gestores público, então as prefeituras estavam em transição do mandato, o que dificultou a articulação, mas foi decisão do projeto realizar a consultoria, mesmo no final

do ano, para falar com as pessoas que atuaram junto à administração atual e dessa forma obter as informações relevantes para o projeto; (c) limitação do tempo para a realização do trabalho, sendo que no contrato eram previstos 40 dias efetivos dedicados à execução dos serviços e somente para as viagens foram gastos 20 dias, e teve também o período de elaboração do plano de trabalho e planejamento.

Participaram das reuniões em média 09 pessoas por município, sendo que não teve a participação de todas as instituições que assinaram o Protocolo, então não foi possível avaliar cada um dos compromissos pactuados nos Protocolos, mas sim fazer uma avaliação dos principais resultados e dificuldades encontradas e o estágio de implementação das ações, considerando as informações das pessoas que participaram das reuniões.

3. IMPLANTAÇÃO DOS PROTOCOLOS – NATURATINS

Na implantação dos Protocolos são selecionados os municípios prioritários, entendidos como aqueles que se enquadrem em um dos seguintes critérios: os municípios do entorno das Unidades de Conservação e os 10 municípios que apresentaram o maior número de focos de calor no ano anterior. Dessa forma, o município considerado prioritário que não se apresenta com interesse na implantação do protocolo, é contatado pelo estado, para que seja firmado o compromisso. Atende ainda, solicitações de municípios que queiram inserir o projeto em suas ações ambientais. Atualmente o estado do Tocantins possui 59 municípios com Protocolos do Fogo.

Após selecionado o município, a equipe da Coordenadoria de Desenvolvimento Socioeconômico (CODES) faz contato com o secretário de meio ambiente, solicitando reunião com o prefeito, presidente da Câmara dos vereadores e secretários municipais para apresentação do projeto do Protocolo Municipal de Prevenção e Combate ao Uso do Fogo. Para que as reuniões tenham êxito a equipe técnica (CODES) realiza mobilização com diversos segmentos, por exemplo: educação, associações de bairro, sindicatos, as instituições públicas, os conselhos, as igrejas, as associações de pequenos produtores rurais, pescadores, nos assentamentos, etc. A mobilização acontece em dois momentos, sendo uma na zona urbana e outra na zona rural, de forma separada.

As reuniões têm como proposta dialogar com os parceiros que integram o projeto, com objetivo de buscar soluções para os problemas ocasionados pelo fogo. Durante o encontro os representantes de cada instituição definem as ações prioritárias e assumem compromissos que serão firmados em documento. Vale ressaltar que o Protocolo é construído de acordo com a realidade de cada município.

A elaboração deste documento é realizada com a junção de todas as ações das instituições parceiras, que são entregues na Secretaria de Meio Ambiente e depois é formatado pela equipe técnica da Coordenadoria de Desenvolvimento Socioeconômico do Naturatins.

Na realização da assinatura do Protocolo, sempre os técnicos da Coordenadoria de Desenvolvimento Socioeconômico (CODES) do Naturatins se fazem presentes, juntamente

com outras autoridades do estado, do município e a comunidade. A implantação dos Protocolos leva em torno de 3 a 4 semanas por município.

O Monitoramento é realizado pelo Naturatins, com uma e/ou duas visitas *in loco*, de forma semestral. Na implantação do Protocolo cria-se um grupo de monitoramento formado por 7 pessoas, com a nomeação em decreto pela Câmara de Vereadores. Com a seguinte composição:

- 01 (um) representante da Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Meio Ambiente;
- 01 (um) representante da Câmara Municipal;
- 01 (um) representante do Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins;
- 01 (um) representante dos Órgãos Estaduais existentes no município;
- 01 (um) representante do Ensino Público Estadual;
- 01 (um) representante do Ensino Público Municipal;
- 01 (um) representante do Setor Rural.

Para pontuação dos municípios no ICMS Ecológico foi criada a Lei Estadual nº1.323, de 4 de abril de 2002 por meio da tábua de prevenção as queimadas , onde os municípios que tem Protocolo do Fogo pontuam, aumentando a arrecadação. O Estado usa como estratégia na pontuação dos municípios, além da implantação do Protocolo, a comprovação da realização das ações propostas.

Por outro lado, o Estado vem enfrentando dificuldades na implementação dos protocolos do fogo, pela falta de empenho político local, falta de recursos para as atividades do Protocolo do Fogo e falta do envolvimento da comunidade local. Uma forma de resolver parte desses problemas é o fortalecimento dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente, que então poderão atuar de forma efetiva na cobrança da realização das ações do Protocolo.

O estado tem um Programa Estadual de Gestão Ambiental Municipal – PGAM, com recurso do Fundo Amazônia que vem priorizar os municípios do bioma Amazônia e também realizar a atividade do Cadastro Ambiental Rural.

4. PROBLEMÁTICA DO FOGO

Durante as consultas nos municípios, esta Consultoria procurou compreender a dinâmica do fogo na área de abrangência do Projeto. Nos municípios da região do Jalapão e também nos municípios da região do Araguaia, onde a vegetação predominante é o Cerrado, a problemática do fogo é a mesma. Segundo o depoimento de João Miranda de Souza, gerente do Parque Estadual do Jalapão, a situação é muito grave, no município de Mateiros, onde queimaram mais de 50.000 hectares de Cerrado em 36 horas, devido às condições da vegetação e do clima, proporcionando que o fogo se espalhe rapidamente, impossibilitando realizar o combate. O problema é a extensão que toma uma queimada, são poucos focos em grandes áreas.

As principais causas do fogo, apontadas pelas pessoas da região são:

- 1ª) Agricultura familiar (criação de gado em áreas abertas);

2ª) Caça de animais (ema e veado);

3ª) Manejo do capim dourado;

Em todos os municípios a principal causa do fogo apontada é a pecuária, geralmente em áreas que pertencem a terceiros, manejadas por pequenos produtores com gado de solta/refrigério em áreas de pastagens abertas, o que dificulta a identificação de responsáveis no caso de queimadas e incêndios. Nessas áreas, o fogo é utilizado sem nenhum tipo de técnica, prevenção ou controle.

O fogo também é utilizado na caça de animais e na pesca. No caso da caça, para afugentar e cercar os animais facilitando a caça. A questão da pesca foi mais identificada no município de Caseara e Pium (Araguaia). Nestes municípios o fogo é utilizado pelos pescadores nos acampamentos para matar os mosquitos e afugentar os animais.

A terceira causa identificada é o fogo utilizado no manejo do capim dourado, que muitas vezes escapa do controle. Segundo o depoimento das pessoas da Comunidade Quilombola Mumbuca, o manejo do fogo para o capim dourado deve ser realizado de 2 em 2 anos.

A portaria 362/2007 que trata da colheita do capim dourado autoriza a colheita a partir do dia 20 de setembro. Na colheita de 2012, o fogo queimou o capim antes que as associações pudessem colher o capim dourado, causando grandes prejuízos aos artesãos.

Existem muitas dúvidas ainda a respeito do manejo do capim dourado, algumas pessoas falam que o manejo deve ser anual, outras que deve ser de 2 em 2 anos e assim por diante. A Fundação Pequi, com sede em Brasília, já fez um estudo a respeito da queima do capim dourado e do buriti, eles tem duas áreas de pesquisa na Comunidade Quilombola do Prata, é preciso divulgar mais os resultados da pesquisa.

Outra situação que vale ressaltar, são os municípios que possuem uma grande extensão territorial, as dificuldades de gestão em Unidades de Conservação e a contribuição das Terras Indígenas no elevado número de focos de calor. O fogo nessas áreas protegidas está fortemente associado a práticas ilegais (pesca clandestina e criação de gado).

Buscar alternativas econômicas para as pessoas que tem como meio de sobrevivência, a criação de gado de solta, tem se mostrado uma boa estratégia para a agricultura familiar. Algumas pessoas que conseguiram mudar de vida, como é o caso do Sr. João, de Ponte Alta do Tocantins, diz que hoje está bem melhor, ganhando mais, com a produção de mel na propriedade. Outro relato são as famílias que tiveram o apoio do Projeto Rede Jalapão, realizado pela Associação Onça D'Água, em Mateiros, encontraram meios de produzir de forma sustentável e com qualidade de vida.

5. RESULTADOS POR MUNICÍPIO

5.1 Consulta no município de Pium

1. Como foi o método de implementação?

- O protocolo foi assinado no ano de 2007, sendo o Fundo Municipal formalmente criado em 2008, vinculado à prefeitura, porém sem orçamento próprio. Entretanto, na época a documentação do processo não foi enviada ao Naturatins, conforme o procedimento adequado. Não houve implementação de ações até 2009, quando ocorreu a estruturação da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, iniciando-se o processo de renovação do protocolo. O Protocolo Municipal foi renovado em 2010, ano em que também houve a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Pium – COMMAP. O protocolo foi renovado em maio e em junho foi instituído o Grupo de Monitoramento, o qual está atuante até o presente momento.

- O processo de renovação foi coordenado pelo Naturatins. Houve a mobilização da comunidade de Pium por meio de divulgação em carro de som e em visitas aos assentamentos. Foram envolvidas também instituições parceiras como sindicatos, associações, escolas e órgãos federais, estaduais e municipais.

O Protocolo foi renovado no dia 18 de maio de 2010, com prazo de duração de 2 anos, até o dia 18 de maio de 2012. Após esta data, o município solicitou a renovação do Protocolo ao Naturatins, porém ainda não foi realizada devido a grande demanda de trabalhos e adversidades de ano eleitoral.

2. Quem se envolveu?

- Instituições e Setores da Sociedade que participam:

- Prefeitura Municipal de Pium;
- Instituto Natureza do Tocantins;
- Câmara Municipal de Pium;
- Instituto de Desenvolvimento do Estado do Tocantins – Ruraltins, através da Unidade Local de Prestação de Serviços de Pium;
- Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – Adapec/Unidade Local;
- Ibama/Prevfogo – Brigada Ambiental de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais;
- ICMBio/ Parque Nacional do Araguaia;
- Instituto Ecológica;
- Instituto Socioambiental Missão Verde;
- Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Secretaria Municipal de Finanças;
- Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras – Departamento de Limpeza Pública;
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Conselho Municipal de Meio Ambiente de Pium – COMMAP
- Delegacia de Polícia Militar;

- Colégio Estadual Bartolomeu Bueno;
- Escola Estadual Trajano Coelho Neto;
- Escola Municipal Dona Lindaura Oliveira Morais;
- Escola Municipal São João – Fazenda Jan;
- Escola Municipal Vereador José Pinto – P.A. Macaúba;
- Escola Municipal João Teixeira Filho – Vila Café da Roça;
- Escola Municipal Sebastião Mourão – P.A. Pericatu;
- FAPAF – Faculdade Antonio Propício Aguiar Franco;
- Sindicato dos Produtores Rurais de Pium;
- Associação dos Pequenos Produtores do P.A. Barranco do Mundo;
- Associação dos Pequenos Produtores do P.A. Toledo II;
- Associação dos Pequenos Agricultores do P.A. Floresta;
- Associação dos Agricultores do P.A. Macaúba;
- Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto de Assentamento Alegria;
- Associação dos Pequenos Produtores do P.A. Pericatu;
- Associação Trabalho, Vida e Prosperidade – PROVI;
- Associação dos Pequenos e Médios Produtores da Comunidade Morro Preto e Região;
- Ministério Público Estadual – Comarca de Pium;
- Conselho Tutelar;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae;
- Programa Pioneiros Mirins;
- Associação Cultural do Meio Ambiente e Comunicação Comunitária de Pium - TO.

3. O que funcionou? Quais foram os resultados?

- Os órgãos envolvidos se aproximaram e estabeleceram diferentes parcerias após a criação do protocolo;
- As ações previstas continuaram a ser desenvolvidas por cada instituição, de acordo com sua atribuição, mesmo após o fim da vigência formal do protocolo, em função das parcerias estabelecidas;
- O contato entre os parceiros propiciado pelo Grupo de Monitoramento gerou um estreitamento nas relações entre as instituições, melhorando a execução das ações previstas no protocolo;
- O município possui hoje uma capacidade de resposta aos incêndios florestais superior à que existia antes do protocolo;
- A partir do protocolo surgiu a iniciativa de realizar ações de Educação Ambiental em assentamentos e comunidades rurais relacionadas especificamente à prevenção aos incêndios florestais.

4. Quais foram às dificuldades encontradas?

- Dificuldade em disponibilizar recursos para viabilizar as ações de mobilização;

- Desconhecimento do conjunto de ações pelos parceiros envolvidos, levando com que cada um tenda a se focar nas suas próprias ações;
- As ações previstas no protocolo nem sempre são colocadas em prática, algumas delas sendo eventualmente esquecidas, mesmo havendo demanda;
- Falta de institucionalização do protocolo, incorporando as ações às rotinas de cada parceiro;
- Limitação de recursos humanos e financeiros dos órgãos para que possam executar as ações sob as quais ficam responsáveis (ex: Naturatins e prefeituras);
- A grande área do município (cerca de 10 mil km²), as dificuldades de gestão em Unidades de Conservação e a contribuição das Terras Indígenas no elevado número de focos de calor. O fogo nessas áreas protegidas está fortemente associado a práticas ilegais (pesca clandestina e criação de gado).
- Há um grande número de assentamentos rurais (6 Projetos de Assentamentos, 3 associações de crédito fundiário e 1 comunidade tradicional), aonde a prática do uso do fogo de forma descontrolada ainda é comum.

5. Lições aprendidas:

- O envolvimento e engajamento dos gestores e administradores foram vistos como fundamental para o sucesso das ações;
- A repactuação dos compromissos firmados no protocolo é importante para estreitar as parcerias e manter as ações. É uma forma de evitar que as ações previstas caiam no esquecimento;
- As atividades de prevenção devem receber maior prioridade, pois mesmo demandando menos gastos e eventualmente melhores resultados, tendem a ser colocadas em segundo plano em relação às ações de combate aos incêndios;
- A identificação de pessoas-chaves em cada instituição, que possuem um maior interesse e envolvimento pessoal com a temática ambiental e de incêndios florestais, fortalece a atuação da instituição.

6. Recomendações:

- Direcionar esforços para capacitação dos conselheiros (tanto do Grupo de Monitoramento quanto do COMMAP) nos temas da atuação do conselho e que dizem respeito às questões ambientais;
- Fortalecer a gestão ambiental municipal, com a contratação de pessoal, equipamentos para a Secretaria, etc;
- Estruturação do Fundo Municipal de Meio Ambiente, direcionando um percentual do ICMS Ecológico do Município para o fundo.

5.2 Consulta no Município de Caseara

1. Como foi o método de implementação?

- O protocolo de prevenção às queimadas foi implementado no município de Caseara no dia 22 de setembro de 2007, com validade até 31 de dezembro de 2009, foi renovado em junho de 2012.

- O Naturatins trouxe a proposta ao município, o método de mobilização foi realizado pela instituição, foi feito um contato e levado a proposta em cada instituição e depois foi realizada a assinatura num Seminário que contou com a presença de todas as instituições.

2. Quem se envolveu?

Fazem parte do Protocolo de Caseara, as seguintes Instituições Públicas e segmentos da sociedade:

- Prefeitura Municipal de Caseara;
- Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins;
- Ruraltins – Escritório Local;
- Adapec – Escritório Local;
- Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária;
- Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento;
- Secretaria Municipal de Ação Social;
- Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Caseara;
- P.A. 1º de Maio – 1ª Associação;
- P.A. 1º de Maio – 2ª Associação;
- P.A. Buritirana;
- P.A. União II;
- P.A. Onalício Barros;
- P.A. Califórnia – 1ª Associação;
- P.A. Califórnia – 2ª Associação;
- P.A. Caxipó;
- P.A. Araguaia;
- P.A. Estrela do Araguaia;
- Escola Estadual José Alves de Assis;
- Escola Estadual Trajano de Almeida;
- Escola Municipal Branca de Neve;

- Escola Municipal Aristeu Camargo;
- Comunidade Senhor Bom Jesus da Lapa;
- Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Caseara – CIADSETA;
- Igreja Assembléia de Deus Madureira;
- Igreja Batista Filadélfia;
- Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental - Cipama;
- Câmara dos Vereadores de Caseara;
- Instituto Sócio Ambiental Missão Verde;

3. O que funcionou? Quais foram os resultados?

- Foram realizadas palestras e oficinas de prevenção às queimadas nas escolas e também a Secretaria Municipal de Educação organizou uma Gincana com o tema de prevenção às queimadas e com a participação de todas as escolas do município;
- O Plano Intersetorial de Educação Ambiental, que é coordenado pelo Ministério Público, com vários parceiros, e tem fortalecido as ações de educação ambiental;
- Visita aos acampamentos, dando uma orientação aos turistas, na prevenção às queimadas, pesquisa de avaliação do impacto que o turismo causa ao município para a fauna, flora, etc.;
- O Protocolo teve uma forte atuação na sensibilização da comunidade em relação ao fogo;
- Hoje a sociedade está sensibilizada, tem conhecimento. Mas precisa de uma estruturação das ações na prevenção e combate ao fogo: aquisição de equipamentos para brigada municipal, veículos e pessoal;
- Um dos resultados do Protocolo é que provocou uma inquietude na comunidade, que faz uma cobrança do gestor público, das reuniões e atividades. Querendo ver resultados, cobrando das Secretarias Municipais e do Naturatins, querendo ver acontecer os frutos das ações e a cidade melhorar nos aspectos de redução de queimadas, do lixo e outras questões ambientais;
- Existe um contexto positivo no município, que já implementou vários instrumentos de gestão ambiental, como a Agenda 21, o Conselho e o Fundo Municipal do Meio Ambiente e a Renovação do Protocolo do Fogo. Para a realização das próximas atividades, será fácil fazer um chamamento para mobilizar os atores locais.

4. Quais foram às dificuldades encontradas?

- Falta de uma brigada municipal, faltam recursos no município para comprar os equipamentos da brigada e manter os brigadistas;
- O governo do estado deveria investir mais nas ações de educação ambiental, o que se tem vivido é mais uma situação de repressão, do que uma ação de informação e mudança de comportamento, o governo atua mais com a fiscalização e deixa em segundo plano as ações de educação ambiental;
- Políticas e parcerias entre o governo estadual e municipal, nem sempre atuam em parceria e caminham na mesma direção, falta conhecimento de ambas as partes dos Programas. A

proposta é fazer um Plano de Ação Integrado, com a participação do município e das secretarias do Governo do Estado.

5. Lições aprendidas:

- O Protocolo Municipal do Fogo possibilitou uma mudança de atitude nas pessoas, provocando uma inquietude nos moradores de Caseara, acreditando que é possível melhorar as condições do município. Com isso, pode-se verificar a importância da participação da comunidade na resolução dos problemas que afetam o município.

6. Recomendações:

- Constituir o grupo de monitoramento dos Protocolos;
- Fazer uma grande campanha com as escolas, os programas de educação ambiental, envolvendo toda a população, com camisetas.
- Melhorar a comunicação no planejamento das ações de controle e combate ao fogo;
- Que as outras secretarias de estado também apoiem a política dos protocolos municipais;
- Que todos os parceiros conheçam as ações (inclusive dos parceiros) do Protocolo, para facilitar a implementação das ações do Protocolo;
- De que forma o estado e o MMA podem priorizar os municípios que tem um Protocolo do Fogo (ser parceiro na ação);
- Reunir todos os parceiros e “sentar juntos”, a ONG Cantão, por exemplo, construir uma agenda de trabalho, pra saber o que cada um vai fazer e planejar as atividades anuais;
- Divulgar e conhecer o Protocolo, enviar a cópia dos Protocolos para todos os parceiros (pode ser por e-mail, quem tiver xérox, etc.).

5.3 Consulta no município de Novo Acordo

1. Como foi o método de implementação?

- A renovação aconteceu com uma discussão com o grupo de representantes das instituições, com o objetivo de regularizar o documento, sem a participação da comunidade. O Protocolo foi renovado no dia 10 de dezembro de 2010 com prazo de duração até 10 de dezembro do ano de 2011.

2. Quem se envolveu?

- Prefeitura Municipal de Novo Acordo;
- Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente;
- Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins;
- Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins – Ruraltins;

- Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – Adapec;
- Base Comunitária da Polícia Militar de Novo Acordo;
- Escolas Estaduais e Municipais.

3. O que funcionou? Quais foram os resultados?

A escola desenvolveu ações de educação ambiental, iniciativa da educação com apoio da ONG Nordeste;

Hoje as pessoas já tem “medo” do fogo, se preocupam com a ocorrência de queimadas.

4. Quais foram às dificuldades encontradas?

- Falta de uma secretaria de meio ambiente e qualquer estrutura física;
- Falta de conhecimento do Documento do Protocolo (o Naturatins passa ao município o compromisso de fazer as cópias do documento para as instituições);
- Precisa mais informações a respeito dos impactos e manejo do fogo no Cerrado;
- Falta de participação da sociedade nas ações do município, dificuldade em mobilizar as pessoas;
- Falta de um articulador;
- Pecuária realizada em áreas de pastagens abertas (gado de solta, refrigério);
- Falta de linhas de crédito para financiar projetos de agricultura sem o uso do fogo.

5. Lições aprendidas:

- Que o município precisa estruturar a pasta de meio ambiente, pois da forma que está juntamente com a Saúde, ficou muito difícil desenvolver as ações voltadas ao meio ambiente.

6. Recomendações:

- Criar e estruturar a secretaria de Meio Ambiente e Turismo
- Realizar atividades (seminários) com a temática do Protocolo e dos impactos do Fogo;
- Diagnosticar a atividade da pecuária de gado de solta no município, a forma como é trabalhada, impactos, renda e sustentabilidade;
- Identificar novos parceiros;
- Elaboração de projetos para o fortalecimento do município, sendo que o representante do Ministério do Meio Ambiente, Roque Tumolo, propôs uma parceria institucional para apoiar o município nas suas necessidades.

5.4 Consulta no Município de Ponte Alta do Tocantins

1. Como foi o método de implementação?

- O Protocolo foi assinado no dia 10 de dezembro de 2009, com prazo de duração até 10 de dezembro do ano de 2011. Na assinatura do Protocolo foram convidadas todas as instituições, buscando uma representatividade. Há perspectivas de renovação do Protocolo no ano de 2013.

2. Quem se envolveu?

- Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Tocantins;
- Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins;
- Câmara Municipal de Vereadores;
- Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins – Ruraltins;
- Agência de Defesa Agropecuária – Adapec / Unidade Local;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
- Polícia Civil;
- Polícia Militar;
- Poder Judiciário – Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins – Comarca de Ponte Alta do Tocantins;
- Ministério Público do Estado do Tocantins – Promotoria de Justiça da Comarca de Ponte Alta do Tocantins;
- Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae;
- Pioneiros Mirins;
- Programa PETI;
- Escola Estadual Joana Medeiros;
- Escola Estadual Odolfo Soares;
- Escola Municipal Sabino Ferreira Medeiros;
- Escola Municipal Barreiros;
- Escola Municipal Morro Limpo;
- Escola Municipal Água Suja;
- Escola Municipal Santa Tereza;
- Escola Municipal Boa Vista;
- Escola Municipal Extrema;
- Escola Municipal Cambaúba;
- Comunidade Rural Paraná;

- Comunidade Rural Água Suja;
- Associação Vitória (Distrito Barreiros);
- Associação Caracol (Assentamento);
- Comunidade Rural do Gato;
- P.A. Santa Tereza;
- P.A. Santo Onofre;
- Associação de Produtores Rurais Baixão do Porco;
- Associação dos Produtores Rurais Mulatense;
- Associação dos Moradores do Setor Sul;
- Associação de Apicultores de Ponte Alta do Tocantins;
- Agência de Desenvolvimento Sustentável do Jalapão – ADESUSTEJA;
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Assembleia de Deus Madureira;
- Assembleia de Deus CIADSETA;
- Igreja Metodista;
- Igreja Adventista do 7º dia;
- Igreja Católica.

3. O que funcionou? Quais foram os resultados?

- O apoio do município à Brigada do Prevfogo;
- A estruturação do conselho municipal de meio ambiente e turismo e a regularização do fundo municipal do meio ambiente no ano de 2012.

4. Quais foram às dificuldades?

- O município quer ter maior participação nas ações relacionadas as Unidades de Conservação do governo estadual e federal (programas), porém ainda há dificuldades de articulação,
- Grandes áreas com baixa densidade demográfica;
- Não foi criado o grupo de monitoramento do Protocolo;
- Falta de recursos na prefeitura para apoiar as atividades do protocolo;
- A cultura do fogo veio para a sobrevivência, a maior parte dos fazendeiros cria gado no campo, e tem necessidade do refrigério, onde usa a queimada no manejo das pastagens, sendo a principal causa das queimadas em Ponte Alta do Tocantins;
- É preciso de tratores para melhorar a área de pastagem dos agricultores;
- O problema é a extensão que toma uma queimada, são poucos focos em grandes áreas;
- Outro problema é o capim nas beiras das estradas;
- Este ano, quando as associações foram colher o capim dourado, já havia ocorrido às queimadas, causando grandes prejuízos aos artesãos; “até hoje se tem dúvida que o capim dourado tem que queimar”, palavras do senhor Arilon;
- É importante ter o trator na realização dos aceiros e prevenir as queimadas;
- O município tem 14 associações rurais e o sindicato rural;

5. Lições aprendidas:

- No caso da apicultura, é uma alternativa que não precisa usar o fogo, então é possível trabalhar com atividades que não utilizam o fogo como manejo.

6. Recomendações:

- Trabalho de fiscalização, identificar, orientar e multar os responsáveis;
- Que o conselho municipal de meio ambiente dê continuidade as ações do Protocolo;
- Realizar uma campanha forte (mídia e outros) no período que antecede as queimadas;
- Não pode só falar de não queimar, é preciso buscar soluções, qual é a melhor forma de manejo do fogo, quais são as alternativas.

5.5 Consulta no Município de São Félix do Tocantins

1. Como foi o método de implementação?

- A gerente do Parque Estadual do Jalapão na época de implantação, Jailma Soares, promoveu ampla divulgação das ações do Protocolo a serem desenvolvidas junto à comunidade local. A articulação ocorreu com a participação dos segmentos da sociedade em torno de São Félix do Tocantins. O projeto Protocolo Municipal conta com o apoio do projeto CAOMA – Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, juntamente com os parceiros da Semades e Naturatins, o projeto auxiliou a fortalecer os arranjos institucionais.

- O Protocolo de São Félix do Tocantins foi assinado em junho de 2008, com duração até o dia 16 de junho de 2010 e a renovação foi realizada no dia 24 de novembro de 2011, com prazo de duração até o dia 24 de novembro de 2013.

2. Quem se envolveu?

- Houve um envolvimento maior da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, brigada civil, Secretaria de Educação, Diretoria de Assuntos Agropecuários, Câmara Municipal, Comunidade do Prata, Igreja Assembleia de Deus Madureira, Associação dos Apicultores e todas as instituições que participam do Protocolo.

- Fazem parte do Protocolo de São Félix do Tocantins as seguintes Instituições Públicas e segmentos da sociedade:

- Prefeitura Municipal de São Félix;

- Secretaria de Turismo e Meio Ambiente;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Administração;
- Diretoria de Cultura;
- Vigilância Sanitária;
- Naturatins – Instituto Natureza do Tocantins;
- Adapec – Agência de Defesa Agropecuária;
- Associação dos Produtores Rurais, Comércio e Turismo;
- Associação da Brigada Civil de São Félix do Tocantins;
- Associação dos Apicultores de São Félix do Tocantins;
- Câmara Municipal;
- Escola Estadual Sagrado Coração de Jesus;
- Igreja Católica;
- Igreja Assembleia de Deus Shalon;
- Igreja de Deus no Brasil;
- Comunidade do Prata;
- Comunidade Barrinha;
- Futurestalagronegocio.

3. O que funcionou? Quais foram os resultados?

- Houve uma grande participação das igrejas, de forma geral o Protocolo de São Félix tem uma grande participação;
- Os vereadores têm uma atuação forte nas questões ambientais;
- Reestruturação da Brigada Municipal;
- Criada a sala de situação do fogo;
- Contratação dos brigadistas pelo poder municipal;
- Hoje já tem algumas comunidades que fazem o manejo do fogo e tem um trabalho de educação ambiental;
- O município conseguiu reduzir o índice de focos de queimadas;

4. Quais foram às dificuldades encontradas?

- Falta de comprometimento de algumas instituições;
- Que a Brigada Municipal só funciona três meses do ano;
- Falta de equipamentos para a brigada (veículo);
- Falta veículo da prefeitura para fazer as reuniões;
- Falta de alternativas econômicas para o uso do fogo;
- O fogo ainda é usado de forma desordenada; não existe pastagem para o gado, a principal causa do fogo é a pecuária;

- O fogo também é utilizado na caça de animais;

5. Lições aprendidas:

- Para obter maiores resultados com os protocolos, é necessário alcançar a totalidade das pessoas nas ações prevenção das queimadas, porque basta uma pessoa desavisada para ocasionar um grande incêndio;
- Com as queimadas desse ano que afetaram a colheita do capim dourado, verificou que é preciso fazer o calendário de queima controlada, em acordo com todos os setores que utilizam desta prática, sendo que a portaria do capim dourado autoriza a colheita a partir do dia 20 de setembro e geralmente as queimadas ocorrem antes.

6. Recomendações:

- Convidar o representante do Ruraltins no município para participar;
- Verificar se há novos parceiros que possam participar do Protocolo;
- Ativar o grupo de monitoramento;
- O trabalho de prevenção às queimadas precisa ser um trabalho intermunicipal;
- A Fundação Pequi, com sede em Brasília, já fez um estudo a respeito da queima do capim dourado e do buriti, eles tem duas áreas de pesquisa na Comunidade Quilombola Prata, é preciso divulgar os resultados da pesquisa.

5.6 Consulta no Município de Mateiros

1. Como foi o método de implementação?

- Houve uma ampla divulgação, articulação e participação das pessoas na implantação do Protocolo de Mateiros;
- Vale destacar que a implantação do Protocolo teve um grande apoio da gerência do Parque, na pessoa de Jailma Soares, que usou o protocolo como instrumento de diálogo com as comunidades.
- O Protocolo de Mateiros foi assinado no dia 10 de outubro do ano de 2007 com prazo de duração até o dia 10 de outubro do ano de 2009. Foi realizada a renovação do Protocolo.

2. Quem se envolveu?

- Prefeitura Municipal de Mateiros;
- Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Mateiros;
- Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente;
- Secretaria Municipal de Ação Social;
- Secretaria Municipal de Saúde;

- Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins/Parque Estadual do Jalapão;
- Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins – Ruraltins;
- Agência de Defesa Agropecuária – Adapec;
- Educação a Distância em Alta Tecnologia – EADCON;
- Escola Estadual Estefânio Telles das Chagas;
- Escola Municipal Professora Ernestina Vieira Soares;
- Conselho Municipal de Turismo – Contur;
- Associação de Condutores Ambientais do Jalapão – AJACA;
- Comunidade Mumbuca – Associação Capim Dourado do Povoado de Mumbuca;
- Comunidade Fazenda Nova – Associação Esperança dos Pequenos Produtores da Fazenda Nova;
- Comunidade Galhão;
- Comunidade Galheiros;
- Comunidade Boa Esperança;
- Comunidade Carrapato – Associação dos Artesãos e Pequenos Produtores da Associação Extrativista Carrapato;
- Associação Onça D’água;
- Instituto PEQUI – Pesquisa e Conservação do Cerrado;
- Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores de Mateiros – ACAPPM;
- Igreja Católica;
- Igreja Assembléia de Deus;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins;
- Comércio Local: Lanchonete e Pizzaria Carioca;
- Associação da Brigada Civil de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais do Município de Mateiros;
- Câmara Municipal de Mateiros.

3. O que funcionou? Quais foram os resultados?

- Exemplo da Comunidade de Galheiros, que após a assinatura do Protocolo a Comunidade sempre se reúne para fazer a queima controlada e não teve mais problemas com o fogo, a comunidade apenas com uma ação, união dos vizinhos na queima controlada, conseguiu resolver o problema das queimadas;
- Após a implantação do Protocolo, houve um avanço no diálogo com as comunidades, hoje elas já sabem quais são as necessidades/problemas relacionados ao meio ambiente. Também por meio das reuniões participativas da preparação do Protocolo, as comunidades conheceram o contexto do Parque Estadual do Jalapão e se identificaram como integrantes do Parque;

4. Quais foram às dificuldades encontradas?

- Segundo João Miranda de Souza (Gerente do Parque Estadual do Jalapão), esse ano, em Mateiros, queimaram mais de 50.000 hectares em 36 horas;
- Falta de material e recursos para as brigadas no apoio das ações do Protocolo, se faz necessário que haja uma pactuação das ações do protocolo;
- Aumento da população;
- Crescimento da comercialização do capim dourado;
- As técnicas de manejo e controle do fogo, trazidas pelos órgãos gerou um conflito com as técnicas que já eram utilizadas pelas comunidades, que acabou contribuindo com o aumento das queimadas irregulares;
- Falta de monitoramento do Protocolo e divulgação, sendo que não foi criado o grupo de monitoramento.

5. Lições aprendidas:

-É necessário realizar um calendário de queimadas, envolvendo os agricultores familiares, que queimam as pastagens, para evitar as queimas antes do dia 20 de setembro, data da colheita do capim dourado;

6. Recomendações:

- Criar programas de governo municipal voltados pra agricultura familiar, com alternativas ao uso do fogo, dando prioridade as comunidades com compromissos no Protocolo; onde haja uma troca de comprometimento;
- Fortalecer a apicultura no município, sendo que existe uma demanda de produtores de mel;
- Fortalecer as associações com apoio a projetos de produção sustentável e monitorar.

6. CONCLUSÃO

Com o trabalho realizado nesta consultoria pode-se concluir que o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Socioeconômico (CODES), vem desenvolvendo um bom trabalho na implementação dos Protocolos, o que será de grande auxílio para o Projeto Prevenção, controle e monitoramento de queimadas irregulares e incêndios florestais no Cerrado, entretanto, se percebe uma forte ação de educação ambiental, faltando suporte para realizar ações de técnicas alternativas ao uso do fogo e fiscalização das queimadas.

Os documentos dos Protocolos estão bem elaborados, com ampla participação da comunidade, mas se percebe uma forte mobilização na preparação e assinatura dos protocolos, faltando depois a condição de monitorar a implementação das ações dos Protocolos, sendo que em muitos municípios ainda não foi constituído o grupo de monitoramento. Também se faz necessário o empenho dos gestores públicos municipais para

dar continuidade ao processo, fazendo o planejamento, avaliação e monitoramento das ações dos Protocolos.

As consultas de avaliação e revisão dos Protocolos nos municípios, propiciou a retomada dos protocolos municipais, a revisão da metodologia, a avaliação do estágio de implementação dos protocolos e o comprometimento dos atores locais em dar continuidade nas ações do Protocolo.

Em relação ao estágio de implementação dos Protocolos nos municípios, com base nas entrevistas realizadas com os técnicos da CODES/Naturatins e das entrevistas e consultas realizadas nos municípios, com as quais foram relatados as ações que tiveram êxito e as dificuldades encontradas na implementação do Protocolo, pode-se chegar as seguintes conclusões:

- **Pium:** as ações do Protocolo foram implementadas em quase sua totalidade, o município está realizando um excelente trabalho, e que pode se tornar referência nas ações de prevenção e combate ao fogo;
- **Caseara:** por ser um município pequeno, fez um bom trabalho, com realização de parte das ações do Protocolo;
- **Novo Acordo:** devido a falta de estrutura da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente do município, foram realizadas poucas ações, somente as ações da Secretaria de Educação. A nova gestão já se comprometeu em fortalecer as ações do Protocolo;
- **Ponte Alta do Tocantins:** foram implantadas parte das ações do Protocolo de forma satisfatória, pode-se observar que no município existe um conflito de interesses, entre o Setor do Turismo e o Setor Pecuarista, quanto ao uso do fogo;
- **São Félix do Tocantins:** grande parte das ações foram implementadas, pode-se verificar uma forte articulação institucional e um bom trabalho de prevenção às queimadas;
- **Mateiros:** boa parte das ações do Protocolo foram implementadas, na época da assinatura e também na renovação, mas atualmente o processo se encontra parado, durante a consulta os representantes das instituições se comprometeram em dar continuidade ao trabalho.

No contexto edafoclimático e sociocultural apresentado, onde o fogo é uma ameaça eminente, o Protocolo municipal é um importante instrumento de participação social, uma vez que sua proposta metodológica é alcançar a totalidade das pessoas da comunidade, principalmente nas ações de prevenção das queimadas. O fortalecimento dos Protocolos nos municípios da área de abrangência deste projeto pode ser uma estratégia para alcançar melhores resultados na redução dos índices de focos de calor no Cerrado.

7. RECOMENDAÇÕES

1. Em relação ao método, é preciso destacar o excelente trabalho que a CODES/Naturatins realiza na implementação dos protocolos, a única recomendação é realizar uma avaliação interna da metodologia pelos técnicos da Coordenadoria de Desenvolvimento Socioeconômico, aproveitando o momento que está sendo analisada a forma de pontuação dos Protocolos Municipais no ICMS Ecológico pela CODES;

2. Uma sugestão, quanto à pontuação do ICMS Ecológico é que os municípios apresentem a lista de presença e a ata das reuniões de monitoramento (no mínimo duas reuniões por ano);
3. Quanto ao método utilizado na renovação dos protocolos, a recomendação é que o estado descentralize para os municípios a renovação dos Protocolos, por meio de capacitações, que possibilitem aos municípios estarem aptos de realizar a tarefa. Também é preciso definir melhor, o prazo de validade dos Protocolos, foi verificado em alguns protocolos de 01 ano e em outros de 02 anos, a sugestão é que seja realizada a renovação a cada 02 anos;
4. É importante que os municípios se apropriem dos Protocolos compreendendo que todos são responsáveis por tal, uma vez que a implantação é realizada pelo Naturatins e as pessoas entendem que o Naturatins é o único responsável. É preciso sensibilizar os atores locais a respeito dos impactos do fogo no município e que somente o município é que pode buscar as soluções, para que haja um empoderamento das pessoas do município;
5. Realizar curso de formação de elaboração, implementação e monitoramento dos protocolos, com as pessoas dos municípios, envolvendo 05 pessoas ou mais por município ou o grupo de monitoramento dos protocolos;
6. Atualizar todos os Protocolos dos municípios da área de abrangência do Projeto “Prevenção, controle e monitoramento de queimadas irregulares e incêndios florestais no Cerrado”, salvo os que foram renovados no ano de 2012. Verificar se há novos parceiros que possam participar do Protocolo e definir se as ações previstas no projeto serão incorporadas ao texto dos Protocolos;
7. Realizar um Seminário de Planejamento das ações do Protocolo, antes do período da seca, com a participação de todas as instituições signatárias do Protocolo e construir uma Agenda de Trabalho conjunta. Neste Seminário realizar a apresentação das ações do Protocolo, onde cada setor apresenta os seus compromissos e quais as ações que foram realizadas e as dificuldades encontradas;
8. Dar visibilidade ao Protocolo, tanto das ações, como também do documento, divulgando as ações realizadas na mídia local e estadual (emissoras de televisão, rádio, jornal e outros meios de comunicação), ou seja, divulgar a Campanha de Prevenção às Queimadas;
9. Definir qual será a forma de divulgação do documento do Protocolo e quem será o responsável. Em todas as consultas foi relatado que existe um desconhecimento do conjunto de ações pelos parceiros envolvidos, levando com que cada um tenda a se focar nas suas próprias ações. Então é recomendado fazer cópias impressas do Protocolo (o projeto pode contribuir com as despesas gráficas). Em alguns municípios que participaram do Programa Amazônia Sem Fogo, foram impressos cadernos do documento dos protocolos. As cópias

também podem ser feitas por meio digital, compete aos técnicos definir qual é o melhor meio de repassar a cópia do documento para todas as entidades que assinaram o Protocolo;

10. Fortalecer a parceria com o Ruraltins e as Secretarias Municipais de Agricultura, pois é importante que os técnicos extensionistas, participem das ações do Protocolo, para atuar junto às comunidades, principalmente nas alternativas ao uso do fogo e no calendário da queima controlada;

11. Criar programas de governo estadual e municipal, voltados pra agricultura familiar, com alternativas ao uso do fogo, dando prioridade as comunidades com compromissos no Protocolo; onde haja uma troca de comprometimento;

12. Aumentar a fiscalização de queimadas, identificar os responsáveis pelo fogo, e a fiscalização trabalhar junto com a educação ambiental (prevenção);

13. Segundo as informações dos técnicos da CODES, os assentamentos tem mais abertura, do que a área urbana. Uma indicação é a realização dos Protocolos Comunitários/regulamento de queima controlada/Acordo de Bom Manejo do Fogo com as comunidades;

14. Diagnosticar a atividade produtiva do gado de solta, tem se apresentado como a principal causa do fogo;

15. Buscar como parceiros do protocolo os artesãos do capim dourado, que também estão sofrendo prejuízos com as queimadas na região do Jalapão;

16. Realizar um levantamento das condições de todas as Brigadas (municipais, parques) dos municípios da área de abrangência do Projeto, para definir quais são as necessidades de apoio do Projeto e verificar se as ações estão de acordo com os compromissos das Brigadas nos Protocolos;

MONITORAMENTO:

17. Criar o Grupo de Monitoramento nos municípios, sendo que dos municípios que foram visitados, somente PIUM, tem o grupo de monitoramento que foi instituído pelo Naturatins;

18. Criar os Comitês Municipais do Fogo;

19. Realizar reuniões periódicas para que cada setor discuta, acompanhe, avalie e monitore o estágio de implantação dos seus compromissos e das atividades;

20. O monitoramento da implementação do Protocolo, poderá se feito por meio da realização de duas reuniões por ano, com a participação de todas as instituições que participam do Protocolo. A primeira reunião de planejamento, antes do período da seca e uma reunião de

avaliação no segundo semestre, após o período de queima. Enviar o relatório e a lista de presença ao Naturatins, para validar o Protocolo.

8. ANEXOS

8.1 Lista das pessoas que foram entrevistadas (Anexo I)

LISTA DAS PESSOAS ENTREVISTADAS			
Nome	Instituição	Fone	E-mail
Denise Gomes Loureiro	CODAS/NATURANTINS	(63) 8491-9107	loureiro.dg@gmail.com
Zenaide Maciel Ramos	CODAS/NATURATINS	(63) 8474-0259	zenaide.mr@gmail.com
Maria Alice dos Santos Reis	CODAS/NATURANTIS	(63) 8416-3404	alice.naturatins@gmail.com
Caroline Frankiw	SEMADES	(63) 3218-2439	caroline.semades@gmail.com
Fernanda Galvão Araujo	Sec. de Meio Ambiente de Pium	(63) 8468-5129	secpium.totma@yahoo.com.br
Pedro Alves Sobrinho	Sec. de Meio Ambiente de Caseara	(63) 8435-3115	pedro.sob@hotmail.com
Océlio Gama da Silva	Sec. de Saúde e Meio Ambiente de Novo Acordo	(63) 9954-5451	oceliogama@hotmail.com
Daiane Cavalcante Lima	Sec. de Turismo e Meio Ambiente de Ponte Alta do Tocantins	(63) 8472-1345	daianeprefeitura@hotmail.com
Vaneça Ribeiro Corado	Diretora de Meio Ambiente de São Félix do Tocantins	(63) 9956-4948	vaneca_geo@hotmail.com
Carlos Israel Ribeiro dos Reis	Ex-Secretário de Meio Ambiente de São Félix do Tocantins	(63) 9956-8029	carlaojalapao@hotmail.com
Claudiana Matos da Silva	Sec. de Meio Ambiente e Turismo de Mateiros	(63) 9934-1689	clautur27@hotmail.com
Rejane Ferreira Nunes	Bióloga do Parque Jalapão	(63) 3534-1072	
João Miranda de Souza	Gerente do Parque Jalapão	(63) 3534-1072	

8.2 Listas de presença das consultas nos Municípios (Anexo II)

Município de PIUM – Dia 22/11/2012			
Nome	Instituição	Fone	E-mail
Zenaide Maciel Ramos	Naturatins	(63) 3218-2641	zenaide.mr@gmail.com
Manoel Ferreira Bringel	Ruraltins		mf.bringel@hotmail.com
Cledson Vieira de Oliveira	Câmara Municipal		ver-cledson@hotmail.com
Anilton Batista	Vereador Eleito		aniltonbatista@hotmail.com
Raoni Japiassu	ICMBIO		raoni.merisse@icmbio.gov.br
Jesse Rodrigo Rosa	ICMBIO		jesse.rosa@icmbio.gov.br
Miguel Braga Bonilha	ICMBIO		miguel.bonilha@icmbio.gov.br
Eurenice Martins da Silva	Secretaria de Educação		eure.nice@hotmail.com
Lídia Gama Ribeiro	Secretária Executiva		lidiapium@hotmail.com
Fernanda Galvão Araujo	Secretaria de Meio Ambiente	(63) 8468-5129	secpium.totma@yahoo.com.br

Município de CASEARA – Dia 23/11/2012

Nome	Instituição	Fone	E-mail
Zenaide Maciel Ramos	Naturatins	(63) 3218-2641	zenaide.mr@gmail.com
Pedro Alves Sobrinho	SEMMAH	8435-3115	pedro.sob@hotmail.com
Olmir Gomes Mesquita	Secretaria de Turismo	8472-7679	mesquita_21@hotmail.com
Itamara Alves Barbosa	CRAS	8458-1210	itamararei@hotmail.com
Rossana Rosendo M. Silva	Escola Mun. Aristeu Camargo	8472-5317	rossanarosendo@hotmail.com
Joana Darque Milhomens	Escola Est. José Alves de Assis	8467-6862	jdssmilhomens@hotmail.com
Carlos Alberto Lima Coelho	Comunidade	8467-7369	democratascaseara@gmail.com,br
Eder Esdras Gualberto Pereira	SEMMAH	8433-5275	esdrascctrekkingecoturismo@gmial.com.br

Município de NOVO ACORDO – Dia 04/12/2012

Nome	Instituição	Fone	E-mail
Zenaide Maciel Ramos	Naturatins	(63) 3218-2641	zenaide.mr@gmail.com
Roque Tumolo	Ministério do Meio Ambiente	(61) 8130-7306	roque.neto@mma.gov.br
Sildomar Alves Pereira		(63) 9956-7730	sildomarpereira@hotmail.com
José Fernando Vieira Gomes	Secretaria de Administração	(63) 9971-6063	advnovoacordo@hotmail.com
Joseli Batista Gama	Educação	9958-5440	joseli_gama@hotmail.com
Cleide Alves de Souza	SEDUC	3369-1366	seduc.novoacordo@hotmail.com
Pedro Andrade Neto		9946-1376	
Océlio Gama da Silva	Secretario de Saúde e M. Ambiente	9954-5451	oceliogama@hotmail.com

Município de PONTE ALTA DO TOCANTINS – Dia 05/12/2012

Nome	Instituição	Fone	E-mail
Zenaide Maciel Ramos	Naturatins	(63) 3218-2641	zenaide.mr@gmail.com
Roque Tumolo	Ministério do Meio Ambiente	(61) 8130-7306	roque.neto@mma.gov.br
José Arilon S. Rodrigues	Proprietário de Pousada (Conselheiro)	(63) 8473-8198	arilon@lbest.com.br
Eldonso Aires Amaral	Produtor Rural (Conselheiro)	8433-4919	eldonso@hotmail.com
Rafaela Ernesto da Silva	Secretaria de Turismo e Meio Ambiente	8473-3486	biovida@uol.com.br
Daiane Cavalcante Lima	Secretaria de Turismo e Meio Ambiente	8472-1345	daianeprefeitura@hotmail.com
João Alves dos Santos	Apicultor (Conselheiro)	8472-4548	
Lázara Maria da Silva	Associação dos Artesãos (Conselheira)	8409-0888	pousadaplanalto.jalapao@ig.com.br

Município de SÃO FELIX DO TOCANTINS – Dia 07/12/2012

Nome	Instituição	Fone	E-mail
Zenaide Maciel Ramos	Naturatins	(63) 3218-2641	zenaide.mr@gmail.com
Vaneça Ribeiro Corado	Diretora de Meio Ambiente	9956-4948	vaneca_geo@hotmail.com
Glice Pugas Nunes	Secretaria de Educação	9977-4105	glice.nunes@gmail.com
Maria Aparecida R, de Souza	Povoado do Prata	9941-5851/9957-8787	cidasouza1989@hotmail.com
Junizeth F. Torres Coimbra	Secret. de Turismo e Meio Ambiente	9952-2643	junizethtorres@hotmail.com
Pastor Francisco das Chagas	Igreja Assembléia de Deus Madureira	9974-3546	pastorfrancisco16@hotmail.com
Wilson Da Silva	Presidente da Brigada Civil	9978-6142	
Veranda Gomes Ribeiro	Câmara Municipal	9975-7486	
Justimiano Ribeiro Louzeira	Diretoria da Assoc. Agropecuária	9964-6198	justimiano@gmail.com
Carlos Israel Ribeiro dos Reis	AASFET	9956-8029	carlaojalapao@hotmail.com

Município de MATEIROS – Dia 10/12/2012

Nome	Instituição	Fone	E-mail
Zenaide Maciel Ramos	Naturatins	(63) 3218-2641	zenaide.mr@gmail.com
Luciano Moulin Pelição	Presidente da Associação ACAPPM	9954-9582/ 9979-4778	kikomoulin@hotmail.com
Claudiana Matos da Silva	Secretaria de Meio Ambiente e Turismo	9934/1689	clatur27@hotmail.com
Aldina Batista Dias dos Santos	Professora / Comunidade Mumbuca	9947-7467	
Robson Alencar Oliveira da Silva	Professor	9997-5993	kallrobson@hotmail.com
Rinaldo Pinheiro de Farias	Empresa RNS Ambiental	3215-3571/8420-1490	
João Miranda de Souza	Gerente do Parque Estadual do Jalapão	3534-1072	
Rejane Ferreira Nunes	Parque Estadual do Jalapão	3534-1072	parquedojalapao@gmail.com

8.3 Fotos (Anexo III)



Reunião em Brasília – DF.



Reunião no município de Pium – TO.



Reunião no município de Pium – TO.



Zenaide Maciel Ramos (Naturatins) e Fernanda (Secretária de Meio Ambiente de Pium)



Reunião no município de Caseara – TO.



Reunião no município de Caseara – TO.



No município de Caseara, na margem do Rio Araguaia.



Técnicos da Coordenação de Educação Ambiental - CODAS/NATURATINS.



Reunião no município de Novo Acordo – TO.



Reunião no município de Novo Acordo – TO.



Secretário de Saúde e Meio Ambiente de Novo Acordo, Océlio com Zenaide e Roque Tumolo do Ministério do Meio Ambiente.



Reunião no município de Novo Acordo – TO.



Reunião no município de Novo Acordo – TO.



Reunião no município de Ponte Alta do Tocantins – TO.



Reunião no município de Ponte Alta do Tocantins – TO, com o Sr. João, Apicultor e membro do Conselho Municipal de Meio Ambiente.



Reunião no município de São Félix do Tocantins.



Reunião no município de São Félix do Tocantins.



Entrevista com Rejane, Técnica do Parque Estadual Jalapão, na confraternização de final de ano das atividades do Parque Estadual do Jalapão no município de Mateiros – TO.



Reunião no município de Mateiros – TO, com Claudiane, Secretária de Meio Ambiente do município e Zenaide Maciel do Naturatins.



Vegetação do Cerrado no início das chuvas.



Vegetação do Cerrado após queimadas.



Vegetação típica do Cerrado na região do Jalapão.



Paisagem do Cerrado no entorno da Serra da Catedral.